

**PEDAGOGIA DA IMPLICAÇÃO E DOCÊNCIA INTERSECCIONALMENTE SITUADA:
FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA****PEDAGOGY OF IMPLICATION AND INTERSECTIONALLY SITUATED TEACHING:
ETHICAL-POLITICAL FOUNDATIONS FOR AN EMANCIPATORY EDUCATION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-029>**Danielle Fernandes Viana Monken**

Doutora em Educação

FaE - UFMG / SEE - MG

E-mail: daniellemonken@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as implicações éticas e políticas da interseccionalidade para a docência, propondo uma releitura da pedagogia crítica a partir de uma perspectiva decolonial. Parte-se do reconhecimento de que a escola é um espaço atravessado por desigualdades de raça, gênero, classe e território, o que exige repensar a prática educativa como campo de poder e de disputa simbólica. O problema que orienta o estudo consiste em compreender de que modo a interseccionalidade pode constituir-se em fundamento ético e político da práxis emancipatória. Adota-se uma abordagem qualitativa de natureza teórica, fundamentada em Paulo Freire, nas teorias feministas interseccionais de Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, e nas epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos. O percurso metodológico segue uma hermenêutica crítica, orientada pela articulação entre reflexão teórica e implicação política. A análise evidencia que a interseccionalidade desestabiliza o universalismo da pedagogia freiriana, introduzindo a diferença e a pluralidade como dimensões constitutivas da emancipação. Como resultado, o estudo propõe duas categorias teóricas centrais: pedagogia da implicação, que desloca o foco da conscientização para a responsabilidade situada do educador, e docência interseccionalmente situada, que compreende o ensino como prática relacional de justiça cognitiva. Conclui-se que educar é um gesto de implicação ética com o outro e com o mundo, no qual a emancipação se realiza como processo coletivo de reconhecimento, diálogo e reconstrução do comum.

Palavras-chave: Pedagogia crítica; Interseccionalidade; Epistemologias do Sul; Ética docente. Emancipação.

ABSTRACT

This article examines the ethical and political implications of intersectionality for teaching practice, proposing a reinterpretation of critical pedagogy from a decolonial perspective. It starts from the recognition that schools are spaces marked by inequalities of race, gender, class, and territory, which requires rethinking education as a field of power and symbolic dispute. The central problem guiding the study is to understand how intersectionality can constitute an ethical and political foundation for emancipatory praxis. A qualitative, theoretical approach is adopted, grounded in Paulo Freire's critical pedagogy, the intersectional feminist theories of Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, and Sirma Bilge, and Boaventura de Sousa Santos's epistemologies of the South. The methodological path follows a critical hermeneutic orientation, articulating theoretical reflection with political implication. The analysis shows that intersectionality destabilizes the universalism of Freire's pedagogy by introducing difference and plurality as constitutive dimensions of emancipation. As a result, the study proposes two central theoretical categories: pedagogy of implication, which shifts the focus from consciousness-raising to the educator's situated ethical responsibility, and intersectionally situated teaching, which understands teaching as a



relational practice of cognitive justice. It concludes that education is an ethical act of implication with others and with the world, in which emancipation unfolds as a collective process of recognition, dialogue, and reconstruction of the common.

Keywords: Critical pedagogy; Intersectionality; Epistemologies of the South; Teaching ethics; Emancipation.



1 INTRODUÇÃO

As desigualdades que estruturam o campo educacional brasileiro continuam a revelar as fronteiras históricas entre inclusão formal e exclusão simbólica. A escola, embora frequentemente proclamada como espaço de emancipação, permanece atravessada por hierarquias de raça, gênero, classe e território que determinam quem pode ensinar, aprender e ser reconhecido como sujeito de saber. Tais desigualdades epistêmicas persistem mesmo diante das políticas de acesso e permanência conquistadas no período pós-redemocratização, indicando que a ampliação formal de direitos não foi acompanhada de uma transformação efetiva dos modos de produzir e legitimar o conhecimento. Nesse cenário, repensar a docência torna-se um imperativo ético e político: compreender quem ensina, o que se ensina e a partir de quais lugares de fala implica interrogar o próprio fundamento da prática educativa.

O problema que orienta este estudo consiste em compreender de que modo a interseccionalidade pode constituir-se em fundamento ético e político da práxis pedagógica emancipatória. Parte-se da hipótese de que a interseccionalidade, ao revelar as articulações entre sistemas de dominação e modos de conhecer, oferece um referencial teórico capaz de reconfigurar a pedagogia crítica em direção a um horizonte decolonial. Essa problemática demanda revisitar as bases epistemológicas da pedagogia freiriana e colocá-la em diálogo com o feminismo negro, as epistemologias do Sul e as teorias críticas contemporâneas que desestabilizam a noção moderna de sujeito universal.

O objetivo geral do estudo é analisar as implicações éticas e políticas da interseccionalidade para a docência, propondo uma releitura da pedagogia crítica a partir de um referencial decolonial. Como objetivos específicos, busca-se:

- a) examinar as convergências e tensões entre as perspectivas de Freire, Crenshaw, Collins, Bilge e Santos;
- b) formular as categorias teóricas de pedagogia da implicação e docência interseccionalmente situada como contribuições originais ao campo da educação crítica;
- c) identificar as implicações dessas categorias para a formação e a prática docente contemporânea.

A justificativa da pesquisa está ancorada na necessidade de atualizar o projeto emancipatório freiriano frente às novas configurações das desigualdades. Em *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1987), a categoria do “oprimido” articula-se predominantemente ao eixo de classe, associando emancipação à luta contra a alienação econômica. Contudo, a realidade contemporânea evidencia que as opressões se entrecruzam de modo complexo, produzindo múltiplos sujeitos subalternizados. A interseccionalidade amplia o escopo da pedagogia crítica ao demonstrar que as relações de poder são simultaneamente estruturais e relacionais, operando tanto nas instituições quanto nas interações cotidianas. Assim, a emancipação não pode mais ser compreendida como libertação universal, mas como processo situado, plural e inacabado.

A pesquisa inscreve-se no campo das epistemologias do Sul (Santos, 2008) e adota uma abordagem qualitativa, crítica e interpretativa, informada pela tradição freiriana em diálogo tenso com o pensamento interseccional e as teorias decoloniais. Parte-se do princípio de que o conhecimento é sempre situado e de que o ato educativo, longe de ser neutro, constitui uma prática social e política. Nesse sentido, o estudo compreende a docência como espaço de disputa simbólica no qual se definem não apenas conteúdos, mas regimes de legitimidade do saber.

Três marcos teóricos estruturam a reflexão e organizam sua hierarquia conceitual. A pedagogia crítica de Paulo Freire (1979, 1987) fornece o núcleo ético-político da análise, oferecendo a categoria fundante de práxis como articulação entre reflexão e ação transformadora. A interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada por Patricia Hill Collins (2000) e Sirma Bilge (2013), atua como ferramenta analítica e categoria ética que desestabiliza o universalismo freiriano, introduzindo a multiplicidade das opressões e a dimensão situada das experiências educativas. Por sua vez, as epistemologias do Sul, formuladas por Boaventura de Sousa Santos (2008, 2010), delineiam o horizonte epistêmico da justiça cognitiva, ao denunciar o “monoculturalismo do saber” e propor uma ecologia de conhecimentos. Essa arquitetura teórica não visa conciliar tradições distintas, mas explorar suas fricções produtivas como condição para a reconstrução da pedagogia crítica em bases plurais e decoloniais.

O presente artigo estrutura-se em quatro partes. Após esta introdução, a Fundamentação Teórica discute as matrizes conceituais da interseccionalidade, da práxis e das epistemologias decoloniais. Em seguida, o Percurso Teórico-Metodológico explicita o caminho epistemológico e interpretativo adotado. A seção de Discussão e Análise desenvolve as noções de pedagogia da implicação e docência interseccionalmente situada e examina suas implicações para a prática docente. Por fim, as Considerações Finais sintetizam as contribuições teóricas e indicam desdobramentos para o campo da formação de professores.

Nessa perspectiva, este artigo sustenta que a docência interseccionalmente situada constitui um paradigma emergente no interior da pedagogia crítica decolonial. Ao articular as categorias de práxis, diferença e responsabilidade, propõe compreender o ensino como prática de implicação ética e política orientada pelo princípio da justiça cognitiva. Educar, nesse horizonte, significa criar condições de coexistência e reconhecimento mútuo, transformando o espaço escolar em território de diálogo, redistribuição simbólica e construção do comum.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este estudo inscreve-se no campo das epistemologias do Sul e da pesquisa qualitativa crítica, partindo do entendimento de que o conhecimento é sempre situado, relacional e atravessado por relações de poder (Santos, 2008; Collins, 2000). A escolha por um ensaio teórico de natureza hermenêutico-crítica



decorre da convicção de que refletir sobre a docência não é um exercício neutro, mas um gesto político de produção de sentido. Conforme Freire (1996), “pesquisar é também um modo de intervir no mundo”; assim, pensar é uma forma de ação transformadora.

O ensaio teórico, segundo Severino (2017), distingue-se da revisão bibliográfica tradicional por articular reflexão filosófica, reconstrução conceitual e intervenção crítica. Essa perspectiva metodológica responde à necessidade de produzir conhecimento a partir de uma epistemologia da implicação, em que o pesquisador se reconhece como sujeito histórico e ético, situado em contextos de privilégio e vulnerabilidade. Desse modo, teoria e método não se separam: o caminho de análise é, simultaneamente, o modo de construir e habitar o conhecimento..

2.1 EIXOS TEÓRICOS DA ANÁLISE

A reflexão apresentada neste texto apoia-se em três marcos teóricos principais que estruturam e hierarquizam o argumento. O primeiro é a pedagogia crítica de Paulo Freire (1979, 1987, 1996), que oferece o núcleo ético-político do estudo. A categoria de práxis — articulação entre reflexão e ação — sustenta a compreensão da docência como prática de liberdade e de humanização coletiva. Contudo, a categoria do “oprimido” em Freire, centrada na luta de classes, revela-se insuficiente diante das múltiplas opressões contemporâneas. O segundo eixo é a interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw (1989) e desenvolvida por Patricia Hill Collins (2000) e Sirma Bilge (2013). Essa abordagem evidencia que raça, gênero, classe e colonialidade operam de forma entrelaçada, produzindo desigualdades específicas. Collins introduz o conceito de matriz de dominação, articulando-o à ideia de que todo conhecimento é situado e politicamente implicado. Bilge alerta para os riscos de uma interseccionalidade reduzida à retórica da diversidade, reafirmando seu caráter crítico e transformador. O terceiro marco são as epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos (2008, 2010), que ampliam o horizonte de análise ao propor uma ecologia dos saberes como contraponto ao “monoculturalismo do conhecimento” moderno. Enquanto a interseccionalidade evidencia as relações sociais de opressão, Santos desloca a crítica para o campo da dominação epistêmica. A convergência entre essas perspectivas sustenta a noção de justiça cognitiva, que orienta a proposta de uma pedagogia comprometida com a pluralidade dos saberes e com a legitimidade das vozes historicamente silenciadas.

A partir do diálogo entre esses referenciais, a pesquisa aponta duas categorias: pedagogia da implicação e docência interseccionalmente situada. Categorias entendidas como síntese das relações entre ética, política e epistemologia no campo educacional, que emergem das tensões e não da conciliação entre os marcos teóricos, reafirmando que a fricção entre saberes é produtiva e necessária para a reconstrução da pedagogia crítica em bases decoloniais.

2.2 CAMINHO HERMENÊUTICO E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

O percurso metodológico desenvolveu-se em três movimentos interdependentes, guiados por uma abordagem hermenêutico-crítica. O primeiro movimento consistiu na leitura e análise interpretativa das obras centrais dos autores que compõem o corpus teórico, buscando identificar como cada perspectiva conceitua as relações entre opressão, conhecimento e emancipação. Essa etapa constituiu o momento hermenêutico, voltado à compreensão dos sentidos originais das categorias.

O segundo movimento envolveu a reconstrução dialética das categorias extraídas das leituras, destacando as convergências e os conflitos entre pedagogia crítica, interseccionalidade e epistemologias do Sul. Essa etapa privilegiou o confronto teórico como instrumento de criação conceitual, recusando sínteses conciliatórias e explorando a tensão como método. E o terceiro movimento resultou na formulação das categorias autorais que condensam a contribuição teórica da pesquisa: pedagogia da implicação e docência interseccionalmente situada. Essa formulação representou o momento criador do processo investigativo, em que a leitura teórica dialogou com a responsabilidade ética do pesquisador e com as demandas da realidade educacional brasileira.

Esses movimentos compõem o que Santos (2010) denomina tradução intercultural, processo de diálogo entre racionalidades distintas que busca ampliar os horizontes do conhecimento sem apagar suas diferenças. Assim, a pesquisa não se limita a interpretar tradições teóricas, mas busca reconstruí-las criticamente à luz de contextos latino-americanos e de práticas docentes concretas.

Do ponto de vista operacional, a análise foi orientada por quatro categorias analíticas centrais, diferença, poder, práxis e emancipação, entendidas como dimensões interligadas do campo educacional crítico. Cada categoria foi examinada à luz das relações entre saber e poder, conforme delineado por Freire (1987), Collins (2000) e Santos (2010). A condução analítica pautou-se por dois princípios metodológicos complementares:

- Reflexividade ética: o pesquisador reconhece sua posição de enunciação e as implicações políticas de sua leitura (Collins, 2000; Santos, 2008). A produção do conhecimento é, portanto, também um ato de responsabilidade.
- Inseparabilidade entre teoria, ética e ação: conforme Freire (1996), toda reflexão pedagógica é prática transformadora; logo, a elaboração teórica constitui uma forma de intervenção política e epistêmica.

Essa perspectiva metodológica reafirma que a pesquisa educacional crítica deve ser compreendida como ato de resistência cognitiva e invenção pedagógica. O ensaio teórico, ao mesmo tempo que interpreta o real, propõe deslocamentos epistemológicos em direção a uma pedagogia plural, interseccional e implicada, orientada pela justiça cognitiva e pela emancipação situada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a docência à luz da interseccionalidade significa reconhecer que o trabalho educativo é uma prática social situada, atravessada por relações de poder, tensões éticas e disputas políticas. A escola não é um espaço neutro de transmissão de saberes, mas um território de negociação simbólica no qual se produzem e se confrontam diferentes epistemes, identidades e linguagens. Ensinar, nesse contexto, é um ato de decisão ética e política que define, cotidianamente, os contornos da justiça e da diferença. O desafio consiste em articular essas dimensões sem reduzi-las uma à outra. A ética, quando desvinculada da política, tende à neutralização; a política, sem ética, converte-se em dogmatismo. A interseccionalidade, ao revelar como o poder opera simultaneamente nas instituições e nas interações cotidianas, oferece uma mediação crítica entre essas esferas, permitindo compreender a docência como prática de implicação e corresponsabilidade.

Esta análise inscreve-se em uma epistemologia crítica e decolonial. Três marcos teóricos estruturam o argumento. A pedagogia crítica de Freire (1987, 1996) fornece o núcleo ético e político, ao propor a práxis como unidade entre reflexão e ação transformadora. A interseccionalidade, conforme Crenshaw (1989) e aprofundada por Collins (2000) e Bilge (2013), opera como ferramenta analítica e princípio ético, desestabilizando o universalismo freiriano e introduzindo a pluralidade das opressões como condição do ato educativo. Por fim, as epistemologias do Sul, elaboradas por Santos (2008, 2010), constituem o horizonte epistêmico da justiça cognitiva, ao denunciar o “monoculturalismo do saber” e propor o diálogo entre racionalidades diversas. Essa hierarquia conceitual não estabelece subordinação, mas define uma ordem de leitura: Freire oferece a base ético-política; Crenshaw e Collins fornecem o instrumento analítico; Santos amplia o horizonte epistemológico e decolonial.

A tensão entre Freire (1987) e a interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Collins, 2000) redefine a concepção de práxis emancipatória. Em Pedagogia do oprimido, Freire compreende a libertação como um processo coletivo de conscientização que parte da unidade do oprimido como sujeito universal. A interseccionalidade contesta esse universalismo ao demonstrar que as opressões se entrecruzam e produzem experiências diversas de dominação e resistência. O sujeito emancipador, portanto, não é homogêneo, mas múltiplo. Essa diferença desloca a práxis de um horizonte unitário para um campo relacional e plural. Ensinar passa a significar escutar, descentrar-se e construir o conhecimento com o outro. A emancipação, nessa perspectiva, não se reduz à superação da opressão, mas à criação de condições para o reconhecimento das diferenças e a redistribuição simbólica do poder.

As epistemologias do Sul, propostas por Santos (2008, 2010), ampliam esse debate ao transferir a crítica da dominação social para a dominação epistêmica. Ao propor uma ecologia dos saberes, Santos afirma que não há hierarquia natural entre formas de conhecimento e que a ciência moderna consolidou um monopólio cognitivo de caráter colonial. A convergência entre Santos e as autoras da interseccionalidade



reside na denúncia das desigualdades cognitivas: enquanto a interseccionalidade evidencia os efeitos sociais da exclusão, Santos explicita suas bases epistemológicas. Juntas, essas perspectivas permitem compreender que a emancipação não depende apenas do acesso ao conhecimento, mas da democratização dos modos de conhecer. O educador, nesse horizonte, é mediador entre epistemes, responsável por criar condições para o diálogo entre saberes acadêmicos, comunitários e experienciais.

Essas formulações teóricas desdobram-se em implicações pedagógicas concretas. No plano curricular, a interseccionalidade exige revisar as hierarquias que definem o que é considerado conhecimento legítimo. É necessário incorporar produções intelectuais marginalizadas e reconhecer saberes oriundos de diferentes tradições culturais. Inspirado nas epistemologias do Sul, o currículo pode tornar-se espaço de tradução intercultural (Santos, 2010), no qual diferentes racionalidades coexistem sem hierarquia. No plano avaliativo, propõe-se deslocar o foco do desempenho individual para o processo de aprendizagem, valorizando o contexto, as trajetórias e as desigualdades estruturais que moldam a experiência escolar. Avaliar, assim, é um ato ético e político, pois implica reconhecer as condições de diferença e não apenas medir resultados.

Na formação docente, a perspectiva interseccional propõe o desenvolvimento da reflexividade crítica: compreender como privilégios e vulnerabilidades moldam o olhar pedagógico. Isso requer práticas formativas que articulem autocrítica, diálogo e escuta radical (hooks, 1994). Formar professores, nesse sentido, é promover um deslocamento de perspectiva, permitindo que reconheçam sua própria inserção nas estruturas de poder e assumam a responsabilidade de transformá-las.

A partir dessas articulações emerge a categoria ética da presença, aqui compreendida como princípio orientador da docência crítica. A ética da presença não se funda na neutralidade nem na distância, mas na vulnerabilidade e na abertura ao outro. Ela requer escuta, diálogo e corresponsabilidade, reconhecendo que todo ato educativo é também uma intervenção nas condições de existência do outro. Essa ética sustenta o conceito de docência interseccionalmente situada, definida como prática que articula saber, poder e diferença na produção de conhecimento. O professor, nesse enquadramento, não é mero transmissor, mas sujeito relacional que legitima vozes diversas e cria espaços de coexistência epistêmica.

Com base nesse princípio, propõe-se a pedagogia da implicação como categoria teórico-prática derivada deste estudo. Inspirada em Freire (1996) e reconfigurada pela interseccionalidade (Collins, 2000; Bilge, 2013), ela desloca o foco da conscientização para a responsabilidade. Implicar-se é reconhecer-se como parte das relações de poder que estruturam a educação e, simultaneamente, como agente de sua transformação. A práxis deixa de ser apenas reflexão sobre o mundo e torna-se presença ativa no mundo. A pedagogia da implicação, assim, redefine a emancipação como gesto de coautoria, em que o educador se engaja não por abstração, mas por compromisso ético com a alteridade.



Nesse sentido, a interseccionalidade, em diálogo com a pedagogia crítica e com as epistemologias do Sul, redefine o significado da emancipação no campo educativo. A liberdade, antes entendida apenas como superação da opressão, passa a ser compreendida como construção compartilhada de condições mais justas para aprender e ensinar. O ensino, visto como prática de justiça cognitiva, deixa de ser uma transmissão unilateral e torna-se um processo de escuta, diálogo e reconstrução do conhecimento em comum. Nesse contexto, o professor não é apenas mediador do saber, mas participante ativo da transformação das relações que sustentam a desigualdade. Ele se emancipa quando reconhece que também faz parte das estruturas que deseja modificar e quando transforma a sala de aula em um espaço vivo de encontro, reconhecimento e criação coletiva de sentido. Assim, a docência se afirma como um compromisso ético e político com a dignidade de todas as vozes que compõem a experiência educativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender de que modo a interseccionalidade pode constituir-se em fundamento ético e político da práxis pedagógica emancipatória. Partindo da hipótese de que o trabalho educativo é atravessado por relações de poder, o artigo buscou investigar como a pedagogia crítica, o pensamento interseccional e as epistemologias do Sul podem dialogar na construção de um paradigma de docência orientado pela justiça cognitiva e pela responsabilidade ética.

Os resultados teóricos alcançados indicam que compreender a docência à luz da interseccionalidade implica reconfigurar o próprio horizonte da pedagogia crítica. O ensino deixa de ser concebido como prática universal de emancipação e passa a ser reconhecido como processo situado, marcado por diferenças e disputas simbólicas. A análise demonstrou que a interseccionalidade, ao revelar a multiplicidade das opressões e a heterogeneidade dos sujeitos, oferece uma chave para repensar a práxis freiriana sem romper com seu núcleo ético-político, mas deslocando-o em direção a uma pedagogia plural e relacional, enraizada na justiça cognitiva.

A principal contribuição teórica desta pesquisa consiste na formulação das categorias pedagogia da implicação e docência interseccionalmente situada. A pedagogia da implicação é apresentada como uma releitura da práxis freiriana que desloca o foco da conscientização para a responsabilidade ética do educador diante do outro. Implicar-se significa reconhecer que ensinar é sempre um ato político e relacional, no qual o educador participa das estruturas que busca transformar. Já a docência interseccionalmente situada é compreendida como prática de mediação crítica entre saber, poder e diferença, em que o professor atua como agente ético-político e tradutor epistêmico, promovendo o diálogo entre racionalidades distintas, sejam elas acadêmicas, populares e comunitárias, sem reproduzir hierarquias.

Do ponto de vista teórico, o estudo desloca o paradigma emancipatório da consciência universal do oprimido (Freire, 1987) para uma concepção plural de libertação, atravessada por raça, gênero, classe,



território e outros marcadores sociais. Do ponto de vista pedagógico, propõe que a interseccionalidade não seja tratada como tema transversal, mas como princípio ético-político da formação docente. Isso exige revisar currículos, práticas avaliativas e metodologias de ensino, substituindo a lógica da neutralidade pela ética da presença, entendida como compromisso ativo com a escuta, o diálogo e o reconhecimento mútuo.

No campo epistemológico, o estudo reforça a ideia, inspirada em Santos (2010), de que a emancipação não é um ponto de chegada, mas um processo inacabado e relacional. O desafio da educação crítica contemporânea não se resume a democratizar o acesso ao conhecimento, mas a democratizar as condições de sua produção. O professor, nesse horizonte, atua como mediador entre mundos cognitivos e agente da justiça cognitiva, capaz de promover o encontro entre saberes historicamente hierarquizados.

Reconhece-se, contudo, que essa proposta não elimina as tensões que a sustentam. A interseccionalidade questiona o universalismo freiriano e exige uma pedagogia mais sensível às diferenças internas ao campo dos oprimidos. Da mesma forma, persiste a tensão entre ética e política: pensar eticamente não é suficiente quando o pensamento é colonizado, mas agir politicamente sem reflexão pode reproduzir as opressões que se pretende superar. É nesse terreno de instabilidade e de diálogo entre contradições que se localiza a potência transformadora da docência contemporânea.

Como agenda para pesquisas futuras, propõe-se o desenvolvimento de investigações empíricas que analisem como os princípios da pedagogia da implicação e da docência interseccionalmente situada se manifestam em contextos concretos de formação docente, práticas curriculares e processos avaliativos. Tais estudos poderão testar a aplicabilidade dessas categorias e contribuir para a consolidação de um novo paradigma de educação crítica, comprometido com a pluralidade epistêmica e com a dignidade das diferenças.

Os achados deste trabalho reforçam que educar é um gesto de implicação com o outro e com o mundo. A emancipação não se realiza em abstrações, mas em escolhas cotidianas que afirmam a dignidade, a escuta e a coexistência. A docência interseccionalmente situada redefine o sentido da liberdade: não como conquista individual, mas como processo coletivo de coautoria e responsabilidade. A pedagogia da implicação, assim, constitui um caminho ético e político para repensar a docência no século XXI. Uma docência que não apenas ensina, mas compartilha o poder de conhecer e transforma o ato de ensinar em experiência viva de justiça cognitiva.



REFERÊNCIAS

- BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Trad. Tatiana Dias Silva. São Paulo: Boitempo, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 52–63. [Texto originalmente publicado em 1989].
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.